

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.163 - SC (2013/0165661-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : LUIZ SERGIO BELLO E OUTRO
ADVOGADO : SILVERIO BALDISSERA E OUTRO(S) - SC010533
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE JOAÇABA
ADVOGADO : GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN E OUTRO(S) - SC017785

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 189/192e), opostos por LUIZ SÉRGIO BELLO E OUTRO, em face de decisão por mim proferida a fls. 184/186e, a qual deu provimento ao Recurso Especial para determinar que os ora embargantes sejam responsáveis pelo IPTU do imóvel, apenas após 12/06/2005.

Nas razões de seus aclaratórios, sustentam os embargantes que "a r. decisão apresenta-se omissa no que se refere à sucumbência, uma vez que contemplou apenas a apreciação quanto à majoração dos honorários advocatícios nos termos § 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil" (fl. 190e).

Com razão as partes embargantes, pois omissa a decisão embargada, quanto aos ônus da sucumbência.

Com efeito, tendo sua pretensão sido acolhida, os recorrentes fazem jus ao arbitramento de honorários em seu favor.

Ante o exposto, com fundamento no § 1º do art. 264 do RISTJ, acolho os Embargos de Declaração, para condenar o Município de Joaçaba/SC em honorários de advogado, os quais fixo no percentual mínimo, previsto no art. 85, §§ 2º e 3º, I a V, c/c § 4º, do CPC/2015, a serem apurados em execução de sentença.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora